

## **REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_/2001**

(Do Sr GONZAGA PATRIOTA)

Requer seja oficiado o senhor Diretor do Departamento Nacional de Trânsito para revogação da Portaria nº 50 de 26 de outubro de 2001, do DENATRAN, publicada no Diário Oficial nº 207 - Seção I, de 29 de outubro de 2001.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 24, inciso XII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro à Presidência da Comissão Especial destinada a aplicação da Lei nº 9.503 de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro seja oficiado o senhor Diretor do Departamento Nacional de Trânsito, solicitando a revogação da Portaria nº 50, de 26 de outubro de 2001, do DENATRAN, publicada no Diário Oficial nº 207 de 29 de outubro de 2001.

### **JUSTIFICAÇÃO**

Na sessão de 31 de outubro de 2001, a Comissão de Viação e Transportes aprovou por unanimidade, Requerimento que solicitou ao senhor Ministro da Justiça a anulação da Portaria nº 50, de 26 de outubro de 2001, do DENATRAN, por contrariar a Lei nº 9.503/97 - Código de Trânsito Brasileiro e a Resolução nº 92/99, do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito.

O Código de Trânsito Brasileiro no artigo 105 define os equipamentos de uso obrigatório. No inciso III, o Registrador Instantâneo Inalterável de Velocidade e Tempo para os veículos de transporte de escolares, de passageiros e de carga.

No parágrafo primeiro desse artigo, consta:

" O CONTRAN disciplinará o uso dos equipamentos obrigatórios dos veículos e determinará suas especificações técnicas".

O Conselho Nacional de Trânsito, por meio da Resolução nº 92 de 04 de maio de 1999, definiu as especificações técnicas do Registrador Instantâneo Inalterável de Velocidade e Tempo.

A homologação constante na Portaria nº 50 do DENATRAN é fundamentada em Portaria do INMETRO, cujo o regulamento técnico é definido pela Portaria nº 001/99 do INMETRO. Ocorre que a Portaria nº 001/99 do INMETRO, não contempla os requisitos técnicos definidos pelo CONTRAN, na Resolução nº 92/99.

O equipamento homologado pela Portaria em comento não atende nem por sua terminologia a Resolução nº 92/99 do CONTRAN, portanto, não pode ser utilizado como meio de controle do trânsito.

Como já foi demonstrado o Código de Trânsito Brasileiro é claro e inequívoco quando estabelece a competência para determinar as especificações dos equipamentos obrigatórios.

Concluindo, o DENATRAN não poderia homologar um equipamento que não está sob as definições e especificações do Conselho Nacional de Trânsito.

Por estas fundamentações, solicitamos a revogação imediata da Portaria nº 50 do DENATRAN.

Sala das Sessões,      de novembro de 2001.

Deputado **GONZAGA PATRIOTA**  
PSB-PE